

Constituinte

SEGUNDO TURNO

Bases legais para intervenção militar

A intervenção militar na ordem interna

por José Casado de São Paulo (Continuação da 19 página)

disse Sarney, na sexta-feira, no seu programa radiofônico semanal, "Conversa ao Pé do Rádio". O presidente voltou a elogiar, como tem feito de forma freqüente nos últimos dezoito meses, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e os militares em geral, detendo-se, desta vez, na figura do patrono da Arma, Duque de Caxias.

contagem de tempo de serviço público — está repleta de passagens por comandos regionais, nos quais exerceu todo o seu poder para esmagar movimentos políticos adversários do governo central, por longo período nas mãos de conservadores. Foi assim, por exemplo, que agiu no Maranhão (reprimindo a "Balaçada") e no Rio Grande do Sul (esmagando adversários na "Guerra dos Farrapos").

dências e de comunicação telefônica e telegráfica. Outra é o "estado de sítio", que poderá ser decretado do "estado de defesa" para a finalidade exigida, diante de comção de grave repercussão nacional e ainda como uma resposta à ameaça ou agressão estrangeira.

causa da nova Carta, há a perspectiva de cortes orçamentários, dentro do programa fiscal do governo federal para 1989, que, em tese, comprometeriam a execução de programas militares estratégicos. O governo não informou, oficialmente, sobre os resultados do encontro.

destacou, entretanto, "a maior atuação dos órgãos do poder em relação às Forças Armadas". Isso significa "um equilíbrio entre os poderes constitucionais", disse Temer.

uma frase: "A quarta vítima da guilhotina foi o inventor dela", disparou, referindo-se ao médico francês Jean Guillautin. Enquanto o petista Plínio de Arruda Sampaio admitiu avanço no capítulo referente às Forças Armadas, seu colega de bancada, Eduardo Jorge, disse que a questão-chave não foi abalada, ou seja, a "tutela militar".

Defensores do texto do primeiro turno, Jobim e Konder Reis levantaram exemplos de intervenção oportuna dos militares. O combate ao contrabando na fronteira, ao tráfico de drogas, e a intervenção em conflitos agrários ou em casos de insubordinação das polícias militares são alguns desses casos.

oportunidade dos militares. O combate ao contrabando na fronteira, ao tráfico de drogas, e a intervenção em conflitos agrários ou em casos de insubordinação das polícias militares são alguns desses casos. Como lembrou Passarinho, a redação do papel das Forças Armadas continua a mesma desde 1891.

Estado de Defesa, uma atribuição do Executivo

Ao derrotar por 299 votos contra, 74 favoráveis e duas abstenções, emenda do deputado Eduardo Bomfim, o plenário da Constituinte manteve a figura do estado de defesa, ficando assim o dispositivo. "O presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social.

Emenda do deputado Carlos Cardinal, que pretendia retirar o Corpo de Bombeiros e as Polícias Militares da condição de forças de reserva do Exército, foi derrotada por 300 votos contra, 67 a favor e duas abstenções.

Agenda

SEXTA-FEIRA A Assembleia Nacional Constituinte iniciou a votação do título VI que trata da tributação e do orçamento, rejeitando emenda do constituinte Nion Albernaz, por 265 votos contrários, 103 favoráveis e 7 abstenções, que pretendia suprimir a cobrança de taxas decorrentes da prestação de serviços públicos.

Emenda do deputado Carlos Cardinal, que pretendia retirar o Corpo de Bombeiros e as Polícias Militares da condição de forças de reserva do Exército, foi derrotada por 300 votos contra, 67 a favor e duas abstenções.

Sarney elogia contribuição militar

por Amauri Teixeira de Brasília No mesmo dia em que a Constituinte decidiu que as Forças Armadas poderão ser convocadas pelo Executivo, pelo Legislativo e pelo Judiciário para a defesa da ordem institucional, o presidente José Sarney fez um pronunciamento, em seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", elogiando a participação dos militares no processo de abertura política e exaltando, especialmente, a figura do Duque de Caxias, patrono do Exército.

O presidente, também, teve uma longa reunião no Palácio do Planalto, na tarde de sexta-feira, com os ministros do Exército, Leônidas Pires Gonçalves; da Marinha, Henrique Sabóia; e da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, discutindo a adaptação dos orçamentos militares à nova realidade tributária imposta pela Constituinte.

De acordo com Sarney, o exemplo de Caxias "é uma ponte entre o passado e o presente" e "sua figura singular, um patrimônio do nosso País". Sarney também falou do Orçamento Geral da União para o próximo ano, e disse que a proposta "terá importância maior de ser o primeiro documento a criar uma nova federação".

"Conduta impecável de lealdade"

Eis a íntegra da fala de ontem do presidente José Sarney no programa Conversa ao Pé do Rádio. "Brasileiras e brasileiros, bom-dia. Aqui vos fala, mais uma vez, o presidente José Sarney, em uma de nossas costumeiras conversas ao pé do rádio, hoje, sexta-feira, dia 26 de agosto de 1988.

Vale ressaltar uma palavra que é uma ponte do passado ao presente. E essa ponte é o exemplo de Caxias, estadista e soldado, herói militar, servidor da pátria, à qual serviu com grandeza. Sua espada nunca se desembainhou, senão em nome da pacificação nacional, da unidade nacional, a concórdia de todos os brasileiros.

pela nossa omissão. E uma tarefa difícil mas estamos decididos e levá-la adiante. Precisamos de uma ação conjugada de todos os setores da sociedade. O Brasil atravessamos momentos que necessitam uma visão do futuro e uma fuga do imediatismo. A hora não é, portanto, para soluções demagógicas, que são sempre palavras fáceis para problemas difíceis, mas é a hora da construção de um país que sai do regime autoritário para a democracia, que necessita crescer e não dispõe de recursos, que tem todas as carências e não dispõe de meios para atendê-las.

Um soldado que defendeu a ordem

por Denise Neumann de São Paulo (1835 a 1845), no Rio Grande do Sul (naquela época Província de São Pedro), caracterizam a sua repressiva atuação militar e revelam, também, o seu domínio da arte da política, entendendo-a como as tratativas do poder dominante para se manter como tal, considera a professora.

Paraguai. "Mesmo doente, ele foi ao Senado se justificar". Depois ficaria comprovada a inocência de Caxias. "Hoje isto não ocorre", lembra o escritor.

Pedro I, mercenários contratados na Europa e brasileiros recrutados forçadamente) articula-se com a formação do Estado nacional no Brasil.

Para a professora Maria Ezilda, as formações (do Exército e do Estado) ocorreram concomitantemente e Caxias teve atuação destacada nesse processo.

Acordo poderá eliminar isenção de imposto para militares e juizes

por João Alexandre Lombardo de Brasília



Ganho destaque na Constituinte, na última sexta-feira, a polêmica sobre o inciso XI do artigo 43 do projeto de Constituição, que para vários parlamentares irá privilegiar os magistrados e militares, no pagamento do imposto de Renda.

zando os dispositivos com o termo "remuneração". Mas o acordo só poderá ser votado com o apoio de todos os líderes.

O líder do PL, deputado Adolfo Oliveira, já anunciou, porém, que não concorda com a alteração. "A meu ver, isso não procede. A matéria é disciplinada no inciso II do artigo 156, que diz que não haverá distinção entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente", afirmou. Ele disse que só aceita um acordo para beneficiar também os funcionários públicos civis.

O deputado José Lins (PFL-CE) considerou a aprovação um engano e defende o acordo de lideranças para resolver o problema. Já o líder do PFL, deputado José Lourenço, afirmou que vai estudar o assunto.

Já o inciso XI do artigo 43 diz que "os vencimentos dos servidores militares são irredutíveis", sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, incluindo os de renda e extraordinários.

Manutenção do privilégio desagrada Receita Federal

por Jurumo Boesse de Brasília

A manutenção do privilégio fiscal na nova Constituição para os militares e magistrados desagrada a Receita Federal, e a expectativa é de que esta situação ainda seja revertida. Segundo um técnico do Ministério da Fazenda, caso esta situação desigual seja mantida, ela irá ferir o princípio básico que está norteando as mudanças na estrutura do Imposto de Renda da pessoa física para o próximo ano, que é o da isonomia fiscal.

lhões de OTN (CZ\$ 33,7 bilhões), os magistrados com mais 6 milhões de OTN (CZ\$ 11,8 bilhões) e os parlamentares, que pela nova versão do texto constitucional, seriam os únicos antes privilegiados a pagar impostos integralmente, participariam com 2 milhões de OTN (CZ\$ 3,9 bilhões).

Congresso vai decidir sobre questões externas

por Homar Garcez de Brasília

O emendamento externo passará, agora, pelo Congresso Nacional. Essa decisão do primeiro turno da Constituinte foi homologada na sexta-feira. O artigo 50, inciso I, relata que "é competência exclusiva do Congresso Nacional: resolver definitivamente sobre tratados e acordos internacionais, ou atos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional".

mantares para aprovar os acordos internacionais", disse. Para ele, o importante vai ser "o poder do Congresso de suspender os atos do Executivo. Vai obrigar o governo a ser mais rigoroso e mais responsável", conclui.